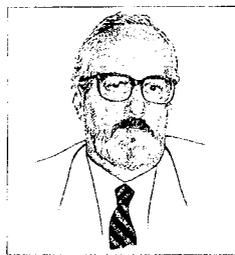


# Fernando Henrique e a "ponte de ouro"

"Fatos de muita importância que têm mudado a face dos Estados e decidido a vida dos povos se têm operado e consumado não porque todos quissem, não porque a maioria quisesse, mas porque, servindo-me da frase de Tácito, nullo adversante, porque ninguém se opôs."

Nabuco de Araújo,  
no discurso

A Ponte de Ouro (1853)



**Uma nova sociedade está nascendo e demanda liderança democrática radical**

Vencedor na (re)eleição, é chegada a hora de FHC deixar de ser uma sigla e regressar ao seu nome original, recuperando aquele conjunto de atributos que o grande estadista do Império Nabuco de Araújo denominava "minha formação". Tempo de voltar à sua formação, à idéia perdida de Brasil, de sociedade, de democracia. E de descobrir que a última campanha não foi uma campanha, pois não ocorreu um debate sequer entre candidatos, como nas democracias avançadas. Vitória da cultura do marketing.

Tornaram-se hoje ingênuas e dogmáticas as discussões para saber se, de fato, o presidente negou o que escreveu o sociólogo. Afinal, mudar de opinião pode ser indício de espírito livre e não ortodoxo. Mais importante seria saber se o sociólogo-presidente leu com o devido vagar os clássicos de nossa historiografia, que mostram que os governantes raramente fazem esta História, ficando no mais das vezes enredados nas malhas do estamentos dominantes. Ou quando indicam que, supostamente libertos destes, conseguem pairar, "imperialmente", acima dos partidos, sem conexão com os movimentos profundos da sociedade e da opinião pública. Movimentos que costumam apresentar surpresas.

A reeleição amaciada do sociólogo, além da virada do século e do milênio, nos obriga a pensar na já longa trajetória que o instalou na encruzilhada da história do Brasil contemporâneo. O aluno cedo transformado em professor, sabatinado por Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque e Florestan, entre outros, teve uma carreira brilhante, talvez brilhante demais. Pois foi precocemente tragado para os principais centros internacionais, tendo de fato convivido menos – e a ditadura não foi a única culpada – do que seria desejável com seus contemporâneos da terra, com seus colegas, com os alunos, com gente comum. As passagens circunstanciais pelo mundo real, aqui, no Brasil, talvez não tenham sido suficientes para perceber que existiam (e existem)

mais formas de vida e de pensamento ideológicas e utópicas que as imaginadas pelos partidos da esquerda, e que poderiam – e talvez ainda possam – desaguar num tipo de socialismo democrático mais moderno, não clientelista e ajustado aos ideais do Fernando Henrique da virada dos anos 50 para os 60, um dos mentores de um certo tipo de socialismo democrático deveras inovador, que aquele tempo histórico solicitava. Na afoiteza da hora, porém – e com o sucesso internacional de nem todas as suas evanescentes teorias da dependência, do papel do empresariado brasileiro, do Estado e das ideologias –, o professor decolou, mas não retornou.

O que se perdeu no arco do tempo? Uma certa visão de mundo, como dizíamos na velha Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antônia. Sobre tudo do mundo real, dos de baixo, que emocionavam genuinamente seu professor Florestan, ou Maria Isaura Pereira de Queirós, com seus rebeldes primitivos, ou Douglas Monteiro, com seus messiânicos e alunos iracundos perseguidos pela repressão, dos "despossuídos" (eufemismo, sabemos hoje) que hoje invadem as cidades, e assim por diante. Distanciou-se precocemente, assim, dessa gente que começava a não se reduzir mais a mera agenda de trabalhos sociológicos para defesas de teses algo teatrais.

Os personagens das teses – as classes, os estamentos, as castas – assumiram seus papéis históricos, tornaram-se realidades tangíveis. De tudo ficando um pouco, remanescem, entretanto, no presidente, resíduos de uma resistente visão estamental de cultura, de política, de sociedade, que explicam os arredondamentos conciliatórios e fisiológicos nada modernos que as novas gerações repeliam, do mesmo modo que não engoliam os populismos de Darcy Ribeiro. E que repontam em deslizes impertinentes de vocabulário.

O resultado aí está: coroa-se uma visão ainda precária do que somos, ou do que poderíamos ser. Regressa-se à democracia coroada. Mas o que o presidente perdeu mesmo, no arco do tempo, e urge recuperar, é sua velha capacidade de dialogar em termos altos com as esquerdas, que hoje se atualizam – nos resultados eleitorais, mas também na mentalidade – e se sofisticam. Capacidade em que era imbatível o professor e o senador e hoje lhe falta para construir a tal "ponte de ouro" de que falava o pai de Joaquim Nabuco, o autor do livro que há quatro anos levou para a fazenda embaixo do braço, após a vitória na primei-

ra eleição, e talvez não tenha tido tempo de reler.

Emoldurada por nossa revolução burguesa, a grande conciliação foi feita, Fernando Henrique transformou-se no principal agente histórico do novo pacto social. Mas qual? Será possível, porém, completar esse pacto precário sem um diálogo maduro e correto com as esquerdas renovadas, assim como praticou com todas as direitas, inclusive as renovadas? Ou já não pensa o "Estado como obra de arte"?

As eleições indicam o lento despontar de um outro país. Falta, todavia, o salto histórico presidencial que nos fará transitar deste rascunho de nação para uma nação moderna. O preço, entretanto, que se pagou nessas conciliações afobadas deixou seqüelas que, para serem extirpadas, deverão obrigar o presidente a fugir do modelo de negociação que ele próprio inventou – e o aprisiona. Se levar a sério sua tarefa, este segundo mandato será curto demais para saldar as dívidas internas, externas e, sobretudo, sociais.

Sua trajetória de sucessos acadêmicos e de política conciliatória foi relativamente fácil, mas ainda falta o grande teste: o enfrentamento com os grupos que se opõem à democratização efetiva do País. Daí a necessidade da "ponte de ouro". Afinal, nenhum estadista passou à História sem enfrentamentos, angústias, diálogo efetivo com as oposições, resolução dos impasses. E qual o desafio do presidente? Saber conversar com a Nação no mesmo tom que usa com o mundo em suas viagens. E, de igual para igual, conversar com a esquerda tão destramente como faz com a direita. Ter coragem de enfrentamentos reais, indo ao limite das coisas, funcionando como divisor de águas tão bem como o faz como conciliador empedernido.

Neste apagar de luzes do século 20, permanecem irresolvidos no Brasil os problemas da saúde, do emprego, da educação, da terra, da fome, da habitação, da Previdência. Findas as campanhas, há um nó górdio a ser cortado, que os marqueteiros não atinam. Que imagem Fernando construirá para si? Marcará a nossa época ou deixará para os historiadores do futuro um julgamento ambivalente? O drama que o presidente vai enfrentar – e a reeleição deverá ter sido imposta por isso, imagina-se – é o da resolução dos tais problemas estruturais do Brasil. Com reformas efetivas, com menos conciliação. O que parece muito difícil, pois a revolução burguesa prevista e desenhada pelos sociólogos-historiadores dos anos 60/70 ocorreu com todas as perversões imagináveis e inimaginadas, grandes fortunas emergentes, novas dinastias somadas às antigas, o regime de capitães hereditários reforçado em vários Estados da chamada

Federação. O tal "peso do passado colonial" foi incorporado, com graça e juros altíssimos, à nova ordem social hoje dominante, muitos intelectuais cultivando uma estranha teoria do "grande consenso", que isola o presidente do País real. Daí o sentimento estranho de que nada muda, de que a História não acontece, produzindo esse mal-estar na cultura e na sociedade.

O Brasil, esboço de nação, está em xeque. Com conotações diversas das interpretações dos anos 50/60, constata-se que coexistem hoje dois Brasis antagônicos. De um lado, emerge uma nova e ativa sociedade civil, que se vai descolando da tradição estamental-senzaleira. Trata-se de uma cidadania radical, em profundidade, sem os vícios do favor nem as falácias da conciliação desmobilizadora. Não se nega a negociar, mas quer saber o que está negociando, cobrando democratização efetiva. De outro, a recente campanha eleitoral revela que, para além dos caciquismos locais conhecidos, dos neopulismos e de filhotismos simplórios, emerge uma massa de fundamentalistas, de religiões primitivas, de sistemas poderosos dominando mídias e comandando legiões crescentes de desempregados, subempregados, lumpemproletários, lumpemburgueses e até uma cultura paramilitar que pesarão no futuro desta nação. É certo que emergem fortes lideranças democráticas como Cristovam Buarque, Jaime Lerner, Luiza Erundina, Marta Suplicy, José Serra, Ciro Gomes, José Genoíno, Geraldo Alckmin e muitos outros, enquanto se consolidam expressões como as de Eduardo Suplicy, Mário Covas e Tasso Jereissati. Mas – e aqui está o problema maior – também surgem, ou permanecem, nesse novo quadro, personagens que ainda não atingiram o patamar mínimo de entendimento sobre o que vem a ser o "bem comum", a cidadania, a justiça social.

Uma nova sociedade civil está nascendo e demandando liderança que seja não somente boa negociadora, mas democrática radical. Para estar sintonizado com o novo tempo, o presidente deve afastar-se do velho Brasil da conciliação, pois ele representa o pântano (o velho "marais" dos tempos da Revolução Francesa) que não lhe permitiu, no primeiro mandato, perceber a gravidade dos problemas que fermentam nos subterrâneos da sociedade e avançar com as reformas. E que podem ter desdobramentos incalculáveis com a globalização da crise.

■ Carlos Guilherme Mota, historiador, é professor-titular de História Contemporânea (aposentado) da FFLCHUSP, professor honorário do Instituto de Estudos Avançados da USP, coordenador do Programa de Educação, Arte e História da Cultura na Pós-Graduação da Universidade Mackenzie e autor, entre outros livros, de *Revolução Francesa (1789-1799)*, Ática